

Índice

Lições e incertezas sobre o regresso às aulas.....	1
Protestos nos EUA: motivos da diferença de agora.....	2
“Ascenso y crisis”	4
“Um Amigo Extraordinário”	5

Lições e incertezas sobre o regresso às aulas

Desde meados de abril, quando começou a voltar à escola a maioria dos alunos em vários países asiáticos (incluindo a China) e alguns europeus como a Dinamarca ou a Noruega, cada vez mais países têm vindo a reabrir as suas aulas. No início de junho, o número total já ultrapassava a vintena. Acabado o ano letivo, há que fazer o balanço de se as medidas de proteção foram adequadas. Contudo, como advertem muitos epidemiologistas, ainda não existe uma evidência científica clara que proporcione conclusões definitivas.

Na Europa, a região escandinava e alguns países do centro do continente adiantaram-se na reabertura das escolas, embora em todos os casos ela tenha sido parcial e por fases. Quase sempre, os primeiros a regressar foram os alunos mais pequenos (infantil e primeiros anos do ensino primário); depois, quando voltaram os mais velhos, até ao final do ensino secundário, fizeram-no com horários sequenciados para evitar aglomerações. Foi o que ocorreu na Dinamarca, nos Países Baixos, na Finlândia, na Bélgica ou na Áustria. Na Alemanha, os estudantes dos últimos anos, que foram os primeiros a regressar, tiveram aulas em dois turnos, um a decorrer de manhã e outro de tarde.

A boa notícia é que quase não houve surtos significativos nestes países depois da reabertura das escolas. Na Dinamarca, o primeiro país europeu a regressar (a 15 de abril), a taxa de contágios baixou até desde essa altura. Nos Países Baixos, manteve-se estável e mais tarde também desceu. Por seu lado, tão-pouco as autoridades de saúde finlandesas, belgas ou

austriacas constataram um aumento associado ao regresso às aulas. Todavia, os dados provêm de estatísticas gerais, e não de estudos realizados especificamente em meios escolares. Além disso, todas estas regiões contavam já antes com baixas taxas de contágio.

A Alemanha constatou que as infeções entre menores cresciam desde o regresso às aulas, embora não dramaticamente. Mais grave foi o surto em Israel, tanto que obrigou a fechar novamente muitas escolas. Segundo alguns analistas, o governo cedeu à pressão social para abrir as escolas tão cedo quanto possível: o que começou por ser uma abertura muito restrita, rapidamente se generalizou, e ao fim de algumas semanas toda a população estudantil estava de volta às aulas que, em muitos casos, têm turmas com mais de 35 alunos. Além disso, o regresso coincidiu com uma forte onda de calor no país, o que levou o governo a levantar nessa altura a obrigação de usar máscara.

Vários estudos parecem indicar que os alunos mais pequenos têm menos probabilidade de contrair a infeção e de a transmitir a outros. Num estudo [realizado em França](#), concretamente na região de Crèpy-en-Valois, os investigadores fizeram testes serológicos a todos os estudantes e professores que frequentavam uma escola onde dois docentes haviam tido resultado positivo na covid-19, e descobriram que aproximadamente 40 % – um pouco mais entre os professores e um pouco menos entre os alunos – haviam desenvolvido anticorpos. Pelo contrário, em três escolas do ensino primário nas quais houve pelo menos um aluno com sintomas da doença, menos de 10 % dos professores e dos estudantes haviam conseguido gerar defesas.

Os epidemiologistas concordam em salientar quais são os maiores fatores de risco numa escola. Em primeiro lugar, as carteiras, especialmente nas salas de aula dos mais pequenos. As crianças têm contacto com elas durante todo o dia escolar, e normalmente são feitas de materiais onde o vírus pode sobreviver durante mais de um dia. Por outro lado, a falta de ventilação. Se isto é importante em geral para evitar a concentração de partículas nocivas, é ainda mais em lugares de maior tráfego de alunos, como a cantina, o ginásio, as aulas de música, etc. Um terceiro fator de risco é o transporte escolar.

Como numa escola nem sempre é simples cumprir as medidas básicas de higiene e distanciamento social, especialmente com as crianças mais pequenas, alguns países optaram pela máscara como principal arma contra o contágio, sobretudo os asiáticos, onde o seu uso é normalmente bastante mais frequente entre a população. Em contrapartida, na Europa apostaram mais nas “bolhas sociais”: grupos fechados para a socialização no recreio ou na cantina, de forma que, a haver contágio, não se estenda a outros. Nalguns países, como a Dinamarca, estes grupos eram muito pequenos, não superiores a dez crianças. Nos Países Baixos, eram um pouco mais numerosos (cada sala de aula era dividida em duas), enquanto que, na Finlândia, uma bolha incluía toda a turma, que – isso sim – não se podia misturar em caso algum com as restantes.

Também foi diferente a maneira de abordar os casos de contágio. Na maioria dos países, a escola foi fechada por completo, por exemplo, em Israel ou na China. Pelo contrário, na Alemanha ou na região canadiana do Québec, perante um diagnóstico de covid-19, só foram colocados em quarentena durante duas semanas os alunos e os professores que haviam tido contacto com o contagiado.

Estas e outras diferenças na forma de abordar a reabertura podem ser consultadas em dois relatórios, [um](#) da Universidade de Washington e [outro](#) publicado pela “Science”, que permitem comparar a resposta dada em cada país, e a eficácia (a conhecida até agora) das medidas adotadas.

À medida que foi passando o tempo, surgiram cada vez mais vozes a considerar que as consequências negativas para os alunos de não regressarem às aulas presenciais, superam o que se ganha quanto à contenção do vírus. À pressão social por parte de muitas famílias para a abertura das escolas junta-se, por vezes, a opinião dos cientistas.

Nos Estados Unidos, a Academia Americana de Pediatria (AAP) publicou um guia para o regresso às aulas onde [recomenda vivamente](#) que “todas as políticas que se considerem para o próximo ano letivo procurem ter os estudantes na escola de forma presencial”. Os especialistas salientam que, segundo as evidências científicas, a transmissão entre menores é baixa. Em contrapartida, os problemas associados ao isolamento social são graves, e afetam especialmente as crianças mais desfavorecidas. Em primeiro lugar, o atraso académico. Sabe-se que as férias de verão constituem um maior travão para os alunos de famílias com menos recursos. Mas, além disto, existem outros problemas: pais que dependem da cantina

escolar para poderem conseguir alimentar os seus filhos, doenças associadas à baixa da atividade física, problemas psicológicos relacionados com a falta de relações face a face com iguais, ou mesmo um maior risco de maus-tratos em famílias violentas. Por todos estes motivos, a AAP pede que sejam retomadas as aulas com carácter presencial logo que possível.

Nem todos pensam assim nesse país. O Centro para o Controlo de Doenças (CDC – Centers for Disease Control and Prevention) publicou [recomendações](#) que exigiam medidas estritas para poder voltar às aulas, e que o presidente Donald Trump criticou por considerá-las “demasiado exigentes”.

Também no Reino Unido existe divisão de opiniões. Numa primeira fase, o governo foi criticado por manter as escolas abertas demasiado tempo, e posteriormente não quis ficar para trás em relação aos seus vizinhos, tendo providenciado para que “todos os alunos regressassem em setembro, de forma presencial e a tempo inteiro”, disse o primeiro-ministro Boris Johnson. O Ministério da Educação, que havia apresentado um guia bastante restritivo para a reabertura (grupos de 15 alunos no máximo, distância social de dois metros, escalonamento dos intervalos por cursos para evitar aglomerações) anunciou mais tarde uma nova versão, presumivelmente mais permissiva, e na qual alguns veem a “mão negra” do primeiro-ministro.

Independentemente de como e quando é iniciado o ano letivo em cada país, parece claro que todos devem ter um “plano B” para os surtos que surjam e eventual regresso às aulas *online*. Em qualquer caso, será necessário adaptar-se com flexibilidade à situação de cada estudante: os que tenham ficado para trás, ou os que, por conviverem com pessoas vulneráveis, preferam não regressar presencialmente. Para ajudar os do primeiro grupo, o governo britânico [anunciou](#) 1000 milhões de libras, dos quais 350 milhões a investir em aulas de reforço pessoais ou em grupos pequenos para os alunos de escolas especialmente desfavorecidas. Algumas investigações apontam para que este tipo de apoio escolar é muito benéfico quando é dado de forma presencial, mesmo quando o mentor é outro estudante, enquanto que mal tem efeitos quando decorre à distância.

F. R.-B.

Protestos nos EUA: motivos da diferença de agora

Os protestos e distúrbios devido à morte do afro-americano George Floyd, ocorrida em Minneapolis a 25 de maio às mãos de um polícia branco e perante a indiferença de outros três agentes, tiveram muito maior repercussão do que os desen-

cadeados nos casos similares de [Baltimore \(2015\)](#) ou de [Ferguson \(2014\)](#). Analistas de diferentes meios de comunicação social norte-americanos interrogaram-se sobre o que terá mudado desde então.

Por muito polarizados que estejam os meios de comunicação social nos Estados Unidos, pelo menos concordaram em reconhecer uma coisa: desta vez foi diferente. Sugere-o a magnitude dos protestos realizados em todo o país, mas também outros sinais que surpreenderam comentaristas de esquerda e de direita: desde a enérgica condenação por parte do Departamento de Polícia de Minneapolis, que despediu os seus quatro agentes sem paliativos de nenhum tipo, até à apresentação de acusações de assassinio e homicídio contra o agente que pressionou o joelho durante quase 9 minutos no pescoço de Floyd, passando pela adoção de uma gestualidade sem precedentes.

Outra coisa é que esses mesmos meios de comunicação social avaliem de igual modo a dimensão da violência policial contra os negros ou a da desigualdade racial. Ou que tenham a mesma opinião sobre a violência de não poucos protestos, a retirada de fundos à polícia, ou o suposto racismo estrutural da América branca.

Depois de examinar as reflexões e os dados de vários comentaristas, o jornalista do “The New York Times”, Spencer Bokatt-Lindell, [atribui](#) o forte abanão vindo das ruas a uma mistura de três fatores. Em primeiro lugar, este novo episódio de violência policial aconteceu num ambiente muito perturbado pelo coronavírus e pela crise económica que o tem acompanhado, dois fenómenos que atingiram fortemente a população negra. Um dado significativo é que menos de metade dos adultos negros dos EUA têm um trabalho agora. E visto que um lar negro médio tem muito menos rendimentos do que um branco, as suas reservas para enfrentar a crise são menores. Os falecimentos devido à pandemia também refletem desvantagem: se as taxas de mortalidade tivessem sido iguais para todos, hoje cerca de 13 000 afro-americanos que entretanto faleceram, continuariam vivos.

O segundo fator é a mudança de atitude para com o racismo, que pouco a pouco vai deixando de ser visto como um problema exclusivo dos grupos que o sofrem. Segundo um dos estudos citados por Bokatt-Lindell, hoje 57 % dos norte-americanos acham que é mais provável que a polícia use a força excessiva contra a população negra do que contra outros grupos, algo que, em 2016, afirmavam apenas 34 %. Por outras palavras: mais pessoas – e, concretamente, mais pessoas brancas – estão dispostas a reconhecer que a violência policial contra os negros é um problema real.

Por último, existe o *boom* da denúncia feita pelos cidadãos através das redes sociais, capaz de tornar virais ao fim de poucos segundos os incidentes mais rudes captados por um *smartphone*. O problema desta democratização informativa, refere Bokatt-Lindell citando um colega, é que os instantâneos de violência policial acabem retirados de contexto. Assim acontece quando se apresenta como agressões racistas o uso pro-

porcional da força em casos legítimos, o que ainda agita mais o ambiente.

Diversamente de outros episódios de violência policial onde não havia testemunhos de imagens tão contundentes, o dramatismo da morte de George Floyd – “não posso respirar”, repetia ele – ficou à vista de todos. Para Clare Malone, jornalista do “FiveThirtyEight”, estas imagens serviram para familiarizar os brancos com a violência policial exercida contra os negros. E após o impacto emocional, [diz ela](#), vieram a reflexão e o debate: “Basicamente, estamos a observar um amadurecimento do debate, em parte porque mais pessoas tomaram consciência do tema”.

Este acontecimento também fez subir o interesse pelos livros que combatem o racismo. Segundo um [balanço](#) de Elizabeth Harris no “The New York Times”, quase todos os livros mais vendidos na Amazon (7 em cada 10) e na livraria Barnes & Noble (9 em cada 10) abordaram este assunto. E na lista de livros de não ficção elaborada pelo próprio diário, eram 5 em 15. Na semana anterior à morte de Floyd não havia nenhum.

Ora, que se esteja a falar e a ler mais sobre o racismo – por influência provável do movimento Black Lives Matter, surgido em 2013 – não significa que as relações entre negros e brancos estejam a melhorar. De facto, no histórico dos inquéritos Gallup, vê-se que a percentagem de afro-americanos que consideram “muito boas” ou “algo boas” as relações com os brancos caiu de 66 % em 2013, para 40 % em 2018. Tem-se falado muito da retórica de Trump sobre a lei e a ordem, mas não se deve esquecer que a deterioração se iniciou na era Obama.

A conflitualidade nas relações inter-raciais não impediu a explosão de amostras de apoio à comunidade negra. Tão esmagador foi o zelo dos brancos que se culpam a si próprios pelo racismo sistémico dos Estados Unidos, que não faltaram respostas irónicas por parte de alguns afro-americanos. A jornalista do “The Washington Post”, Karen Attiah, ganesa de origem, [queixa-se](#) de ter tido de lidar com mensagens de amigos brancos que “se sentiam esmagados pela culpa e pela ansiedade”.

“Muitos de nós estamos conscientes de que nos vão pedir que dediquemos um imenso trabalho emocional a guiar, ensinar e acalmar os brancos nesta altura”. A mordaz ferroada de Attiah é dirigida contra aqueles que se conformam com a solidariedade dos *posts* nas redes sociais. Mas a sua coluna também deixa entrever a insegurança dos brancos ao falarem da raça: “Muitas pessoas brancas disseram [durante o protesto #BlackOutTuesday] que simplesmente não sabiam o que fazer; estavam petrificadas pelo [receio de] publicar algo incorreto”. Não é de afastar que [o medo de dizer asneiras](#) sobre este assunto esteja por detrás da venda de livros a que aludia Harris.

Sobre o recente apoio em massa ao movimento Black Lives Matter [mostra-se](#) muito crítico Casey Chalk, colunista em vários meios de comunicação social conservadores. Para ele, que trabalhou como mentor de crianças e jovens em bairros desfavorecidos, a solidariedade que não vai além das redes

sociais pode chegar a ser contraproducente para a democracia, na medida em que cria a aparência de haver feito alguma coisa.

“Não sou racista nem parte do problema, olhem para o que fiz no Facebook”, afirma o guerreiro das redes sociais. No seu espetáculo performativo (...), promove uma dinâmica política que permite à pessoa que publica [comentários de apoio] deixar sem examinar nem empreender os seus verdadeiros deveres cívicos”, entre os quais o colunista inclui a luta com ações concretas pela igualdade racial.

Outra novidade dos protestos pela morte de Floyd foi a condescendência de alguns meios de comunicação social para com a violência nas ruas, feita por grupos radicais como o movimento anarquista Antifa. Vários destes meios de comunicação social levaram as mãos à cabeça ao verem que Trump queria considerar o Antifa como uma organização terrorista. Mas [minimizaram](#) os distúrbios violentos (incêndios, saques, agressões a polícias...), alegando que se tratava de factos isolados.

Não o vê assim a maioria dos norte-americanos que responderam a uma [sondagem da Yahoo News e da YouGov](#), realizada em 30-31 de maio: 51 % descrevem a resposta nas ruas de Minneapolis como “distúrbios basicamente violentos”, contra 10 % que os veem como “protestos basicamente pacíficos” e 25 % a considerarem que houve “quase metade” de ambos.

Damon Linker, colunista em “The Week”, [adverte](#) os meios de comunicação social que se ergueram na “resistência” contra Trump, do risco de fazerem vista grossa com a violência. O próprio Linker é muito crítico para com o presidente, mas não lhe nega a legitimidade democrática. Por isso, lamenta que a tendência de apresentar o seu governo “como um ‘regime’ que deve ser derrubado por meios não constitucionais se esteja a converter num lugar comum, especialmente entre as principais publicações da resistência”. Algo que, na sua opinião, pode prejudicar mais a saúde cívica do país, do que os fraturantes comentários de Trump.

Na mesma linha, Nathan Blake [aponta](#) em “The Federalist” o paradoxo de como o clamor surgido – que tinha o potencial de unir o país na denúncia de problemas como a má práxis policial ou a injustiça racial – derivou numa revolução antissistema. “Isto já não é sobre Floyd”. E tem dúvidas que essa violência sirva para fazer justiça. Mais, refere o “abandono de qualquer esperança real em remediar a injustiça”.

Se é verdade que desta vez a reação perante a morte de um afro-americano às mãos da polícia foi diferente, também parece certo que o sucesso deste novo momento vai depender de conseguir traduzir a indignação numa ordem social mais justa. Daí o [conselho](#) de Ijeoma Oluo, autora de um dos livros antirracistas que mais se passaram a vender nos EUA: “Cuidado com as coisas que sejam puramente simbólicas (...). Neste país, não morremos por falta de simbolismo”.

J. M.

“Ascenso y crisis”

“Roller-Coaster”

Autor: Ian Kershaw
Crítica. Barcelona (2019)
720 págs.

Resumir os últimos 67 anos de história europeia com os termos “ascensão” e “crise” torna-se arriscado. Muito mais ainda quando o título original da obra (“Roller-coaster”) significa “montanha russa” e, no epílogo, Ian Kershaw, historiador britânico e autor de uma completa biografia de Hitler, não se mostra pessimista, mas ambivalente sobre o futuro da Europa.

Neste livro, continuação de [“To Hell and Back: Europe, 1914-1949”](#), Kershaw reconhece que se baseia em investigações de outros especialistas, visto que a sua disciplina é o período de entre as duas guerras mundiais. E explica que esta síntese da história recente da Europa, que chega até 2017, realizou-a para a coleção dedicada à história europeia da editora Penguin.

Sobre o mesmo período encontramos a famosa obra de Tony Judt intitulada [“Postwar: A History of Europe Since 1945”](#). Kershaw explica a dimensão europeia da Guerra Fria, a reunificação alemã ou a recente crise económica, entre outras coisas. Pode ser surpreendente que comece com a Guerra da Coreia, a qual aconteceu a milhares de quilómetros do continente europeu, mas é um facto que mostra como a Europa deixou de ser conquistadora para se converter no terreno de jogo de uma batalha entre titãs: os EUA e a URSS.

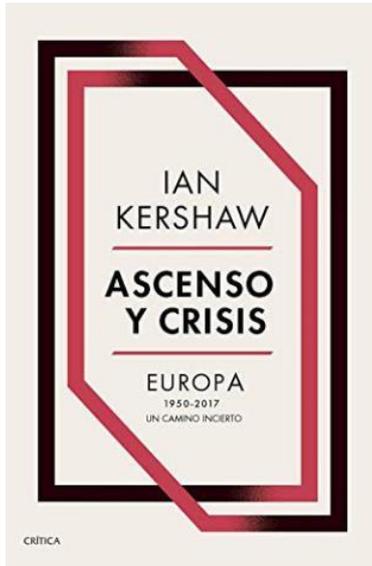
O historiador britânico aborda também o fenómeno da globalização, analisando-o do ponto de vista social, e não apenas político ou económico. Na sua opinião, as instituições, juntamente com os governos, perderam poder no novo quadro global, mas os cidadãos ganharam direitos, pelo que considera positivos os movimentos sociais mais recentes. De um ponto de vista económico, o autor inclina-se para o keynesianismo, o que explica a crítica que faz às medidas de austeridade promovidas por Thatcher no Reino Unido durante a década de 80 do século passado.

Maior utilidade para os europeus de hoje tem o epílogo, onde descreve muito oportunamente os diversos problemas por resolver que a União Europeia tem pendentes: a sua crise de identidade, o Brexit, a imigração, o terrorismo, a relação com os Estados Unidos e a Rússia... Depois de ler o livro, o leitor tomará consciência da complexidade de juntar as histórias e identidades nacionais na construção de uma autêntica união.

“Ascenso y crisis” é uma obra interessante para ter uma visão geral da história europeia desde 1950 e começar a refletir sobre os mais recentes acontecimentos da nossa época. Não pretende ser uma obra definitiva nem pronunciar a última palavra

sobre um período cuja análise exige ainda distanciamento. Mas permite estudar as últimas transformações sofridas pela Europa.

C. G. P.



“Um Amigo Extraordinário”

“A Beautiful Day in the Neighborhood”

Realizadora: Marielle Heller
Atores: Tom Hanks; Mathew Rhys
Duração: 110 min.
Ano: 2019

Um programa televisivo norte-americano consegue manter altas audiências durante décadas. É uma série “infantil” dirigida por “Mr. Rogers”. Este filme baseado em factos reais, retrata de que forma é que um jornalista vai investigar o responsável desse programa, procurando descobrir o que “de mal” haveria por detrás desse sucesso.

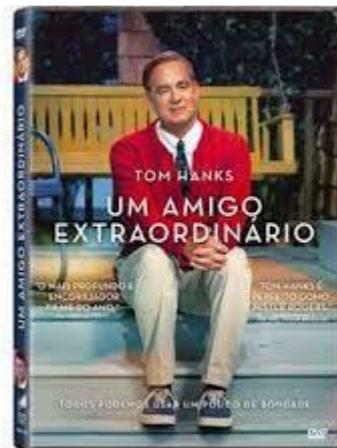
Essa investigação vai ocorrer de facto e o que vem revelar, é que o contacto pessoal “ao vivo” é algo único... As conversas e os gestos concretos entre ambos, vão deixando transparecer o modo de vida de cada um. O jornalista atravessa uma fase que o está a “destruir”. Ao falar com o protagonista do programa, vai constatando que lutar por ser “boa pessoa”, reflectindo sobre os próprios sentimentos e agindo em consequência, ajuda mesmo

a “acertar” nas melhores decisões a tomar. Surgem então questões como o “perdão”, a “bondade” e “o saber recomeçar” que vão ganhando sentido na vida de todos, das crianças aos adultos. E há um fator que se destaca: é bom ter alguém em quem poder confiar. Contar com o exemplo e o apoio de uma pessoa mais experiente, em quem se reconhece “valor”, pode levar a lançar-se em iniciativas que potenciam as suas capacidades para além do que julgara ser possível e a realizar-se como autêntico ser humano...

Tópicos de análise:

1. Ser uma “boa pessoa” atrai e inspira outras a segui-la.
2. É possível sair-se fortalecido depois de um “fracasso”.
3. As emoções potenciam o desempenho pessoal.

[Hiperligação](#)



Paulo Miguel Martins
Professor da AESE